



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

## **PARECER Nº           , DE 2020**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Sugestão nº 11, de 2020, do Programa e-Cidadania, que propõe instituir o décimo quarto salário emergencial aos aposentados durante a pandemia.

Relator: Senador **PAULO PAIM**

### **I – RELATÓRIO**

Submete-se a esta Comissão a Sugestão (SUG) nº 11, de 2020, do Programa e-Cidadania, que visa instituir o décimo quarto salário emergencial aos aposentados e pensionistas do INSS durante a pandemia.

A referida Sugestão foi originada da Ideia Legislativa nº 136.304, apresentada pelo usuário Sandro Gonçalves, advogado tributário do estado de São Paulo, sob o título de “Institui o décimo quarto salário emergencial aos aposentados durante a pandemia”.

A Sugestão propõe, em virtude da crise econômica e sanitária provocada pela Covid-19, a criação de a gratificação natalina emergencial a ser paga no mês de dezembro de 2020 aos aposentados e pensionistas do INSS que não terão qualquer benefício no mês de dezembro, devido ao adiantamento do 13º para socorrer-se na etapa inicial da pandemia. Assim, o 14º emergencial socorrerá aposentados que fazem parte do grupo de risco, e injetará recursos na economia movimentando o comércio no mês de janeiro de 2021.



SF/20726.76262-14



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

## II – ANÁLISE

De acordo com o parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, a ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de, no mínimo, 20.000 (vinte mil) cidadãos, em 4 (quatro) meses, terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), dando-se conhecimento aos Senadores membros.

O Ofício da Secretaria de Comissões nº 18/2020, informa que a Sugestão nº 11, de 2020, alcançou 43.303 assinaturas, no período entre 1º a 7 de junho de 2020.

Estão atendidos, dessa forma, os requisitos formais para que a SUG nº 11, de 2020, seja apreciada por esta Comissão.

Sabe-se que, em decorrência da epidemia do coronavírus (covid-19), as referidas pessoas na Sugestão ficarão desassistidas no mês de dezembro do corrente ano, já que terão utilizado o adiantamento da gratificação natalina previdenciária para quitar as suas necessidades, naturalmente majoradas para fazer frente à epidemia em testilha.

Na realidade do nosso vasto Brasil os aposentados e pensionistas, na grande maioria, ajudam a sustentar toda a família. Antes da pandemia, mais de 10 milhões de pessoas já dependiam da renda dos idosos para viver. Arcam com a maior parte das despesas, socorrendo filhos e netos. Tendo gastos com alimentação, vestuário, escola, transporte, remédios, luz, gás, entre outros.

Por isso, ciente da dificuldade que será experimentada por parte significativa da população brasileira, encampa-se a ideia contida na Sugestão Legislativa nº 11, de 2020, no sentido de instituir, na prática, um 14º salário em



SF/20726.76262-14



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

favor dos segurados e dependentes do RGPS que recebem auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão.

A presente proposição tem por objetivo dobrar, no ano de 2020, o valor do abono anual devido aos segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), abarcados até o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em virtude das consequências do contexto da pandemia.

Além do caráter humanitário da medida proposta no projeto que visa gerar amparo para categorias vulneráveis da nossa sociedade, também é importante frisar que o dinheiro destinado aos segurados e dependentes retorna muito rápido para o comércio em geral, possibilitando um aquecimento na economia nacional já no início de 2021 e podendo assim alavancar outros setores da economia.

Diante desses argumentos, apresentamos, no voto, minuta de projeto de lei que insere a proposta contida na Sugestão nº 11, de 2020, na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

### **III – VOTO**

Diante do exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** da Sugestão nº 11, de 2020, na forma do seguinte Projeto de Lei:

## **PROJETO DE LEI Nº , DE 2020**

Insere o § 2º no art. 40 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º, para dobrar, no ano de 2020, o abono anual dos



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

segurados e dependentes do Regime Geral de  
Previdência Social.



SF/20726.76262-14

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 40 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“**Art. 40.** .....

§ 1º.....

§ 2º No ano de 2020, é devido em dobro o abono anual previsto neste artigo.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator